

Superior Tribunal de Justiça

Acordo no RECURSO ESPECIAL Nº 1.556.342 - MS (2015/0235268-6)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
RECORRENTE : ÉZIO BARBOSA DE LIMA
ADVOGADO : ROBERTO SOLIGO E OUTRO(S) - MS002464
RECORRIDO : COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DE ASSOCIADOS PANTANAL DO MATO GROSSO DO SUL - SICREDI PANTANAL MS
ADVOGADOS : OSMAR MENDES PAIXÃO CÔRTEZ - DF015553
GUILHERME FREDERICO DE FIGUEIREDO CASTRO - MS010647
ANDRE DE ASSIS ROSA E OUTRO(S) - MS012809

DECISÃO

Às fls. 361-369 e-STJ, a ora recorrida, COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE ASSOCIADOS PANTANAL DO MATO GROSSO DO SUL - SICREDI PANTANAL MS, informou que as partes alcançaram autocomposição, tendo protocolizado, na execução de título extrajudicial, autos nº 0000585-06.2000.8.12.0014, pedido de homologação da transação.

No ofício nº 008281/2019 (fls. 396-398, e-STJ), de 22 de novembro de 2019, o Juízo da 1ª Vara de Maracaju, do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, noticia que o referido pacto foi apresentado perante aquela instância e, ainda, que a avença incluiu requerimento para extinção de diversos feitos, inclusive da ação declaratória nº 0801770-26.2012.8.12.0014, origem do presente feito recursal. Informou, ainda, o d. juízo, que o acordo celebrado foi devidamente homologado, em 25/04/2019, e não há notícia de descumprimento.

É o breve relatório. Decide-se.

1. A realização de acordo entre as partes, sem qualquer reserva, representa ato incompatível com a vontade de recorrer, o que foi reforçado pelas partes na cláusula 17 do pacto (fl. 368 e-STJ).

Nesse contexto, observo que os advogados ROBERTO SOLIGO e ANDRÉ DE ASSIS ROSA, subscritores da minuta do acordo possuem poderes para transigir e para desistir, conforme, respectivamente, as procurações de fls. 9 e 116 e-STJ. Assim, encontram-se cumpridas as formalidades dos artigos 104 e 105 do NCPC.

2. Do exposto, com fundamento no art. 932, inciso III, do NCPC e art. 34, IX, do RISTJ, julgo extinto o procedimento recursal, ante a perda do objeto, e determino o retorno dos autos à origem para homologação e acompanhamento do acordo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 27 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator